

# CAROLINA BEATRIZ ÂNGELO

## A SUFRAGISTA (1877-1911).

Carolina Beatriz Ângelo nasceu na Guarda e faleceu de repente com a jovem idade de trinta e três anos, em Lisboa, ficando sepultada no Cemitério dos Prazeres. Era a segunda dos quatro filhos de Viriato António Ângelo e de D. Emília Barreto Ângelo. Cresceu num ambiente familiar liberal, o pai apoiava o Partido Progressista e estava ligado à actividade jornalística, o que lhe permitiu estudar no Liceu



da Guarda, ao contrário da maioria das meninas do seu tempo. Atenta ao meio que a rodeava, decidiu ser independente e de ter uma profissão. A escolha pela carreira médica pode ter sido influenciada pela grande admiração que sentia pelo maçom Dr. Francisco Maria de Barros de Cruz Vasconcelos Sobral e pela notícia da primeira médica portuguesa, Elisa Augusta da Conceição de Andrade, na Escola Médico-Cirúrgica da capital, onde ela própria concluiu a Licenciatura em Medicina em 1902, com vinte e cinco anos. Pouco tempo depois, a Dr.<sup>a</sup> Carolina Beatriz Ângelo casou com seu primo casapiano Januário Barreto, também médico, e activista republicano. Mas a convivência matrimonial cedo viria a alterar-se já que o marido de Carolina Beatriz falece prematuramente, vítima da tuberculose, deixando-a sozinha com a responsabilidade de criar a sua única filha: D. Maria Emília.

Na sua curta mas intensa carreira começou por estagiar no Hospital de S. José e sob a orientação do Dr. Sabino Maria Teixeira Coelho, erigindo-se pioneira como a primeira cirurgiã portuguesa. Colaborou com o Dr. Miguel Bombarda no então Hospital Psiquiátrico de Rilhafoles, onde certamente teve contacto directo com a filosofia evolucionista e cientista defendida pelo seu mentor, e que Angelina Vidal sintetizou primorosamente na poesia «*Conclusão Científica*»<sup>1</sup>. Miguel Bombarda morre assassinado por um doente nas vésperas do 5 de Outubro, não sem antes ter pedido a Carolina Beatriz Ângelo que

confeccionasse as bandeiras verdes e vermelhas que seriam colocadas em vários pontos da cidade de Lisboa para anunciar a República, tarefa que foi concretizada em parceria com Adelaide Cabete.

Muito provavelmente devido ao desaparecimento do Dr. Miguel Bombarda, Carolina concentra na especialidade de ginecologia que exerce em consultório particular.

Este foi o tempo feminismo e republicanismo que a aproximam de Adelaide Cabete, mas a sua grande definitiva parceira na causa sufragista será Ana de Castro Osório, com quem partilhou causas e rupturas, nomeadamente sobre o sufrágio feminino e a tolerância religiosa ninterior da Liga Republicana.

A luta pela cidadania no feminino não a afastou da profissão de médica que exerceu em coerência com a convicção de que a autonomia das mulheres só era possível com independência económica, e de que a educação um meio para atingir a emancipação.

Carolina não deixou uma produção escrita que nos permita analisar o seu pensamento político e feminista em profundidade, mas das declarações que produziu para a imprensa a propósito da sua actividade como sufragista, pode perspectivar-se um pensamento genérico que se enquadrava nas ideias doutrinárias do republicanismo português.

Inserese nesta perspectiva o valor que Carolina atribuía ao papel da educação na promoção de uma cultura cívica. Na afirmação de que « *a nossa arma será a educação* »<sup>2</sup> como instrumento para atingir a democracia, adivinha-se-lhe uma visão evolucionista da história no qual a república como sistema político mais aperfeiçoado não constituía um fim em si mesmo, mas uma transição para a democracia. A democracia era o objectivo político, pelo que à pergunta do Jornalista do “Tempo”: *quanto à opinião política de V. Ex<sup>a</sup> é republicana, evidentemente?* Ela esclarece « *Os meus ideais são mais avançados (...), todavia acompanho a República como medida transitória* »<sup>3</sup>.

No ambiente republicano e feminista dos anos prévios ao 5 de Outubro e nos posteriores a promoção da liberdade da mulher e da educação como motor de progresso encaixavam-se nas bandeiras programáticas do republicanismo sendo defendidas com mais ênfase por ideólogos como Bernardino Machado, Magalhães de Lima, Afonso Costa ou António José de Almeida. Mas enquanto elas esperavam coerência entre discurso e acção política, porque o « *actual ministro do interior, que como se sabe, trabalhou denodamente pela República (...)* Muitas vezes, a palavra quente e sugestiva de António José nos prometeu que a mulher portuguesa não ficaria lograda como a francesa, quando a República viesse »<sup>4</sup>, os irmãos republicanos manifestavam um uso funcionalista da acção delas. Como nos ilustra Carolina, foi o próprio António José de Almeida que perspectivou um papel político para as feministas republicanas através da fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, da qual é associada.

O ambiente anti-monárquico dos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX caldeou a ideologia republicana, maçónica e feminista entre a burguesia liberal Lisboaeta. E na tradição da cultura

das Luzes, a maçonaria representava um ideal de igualdade entre irmãos que aproximava homens e mulheres republicanas, unindo-os num projecto de mudança comum. «*As senhoras procuraram, contudo, posicionar-se não apenas em relação aos seus companheiros de geração na luta pela república e na prática da maçonaria, foram mais longe e definiram-se enquanto mulheres perante o passado histórico nacional. Procuraram um fio condutor que as integrasse numa tradição e as igualasse aos feitos normalmente atribuídos exclusivamente ao sexo masculino*»<sup>5</sup>

A aproximação das feministas aos republicanos e a comum mundovidência maçónica demonstra como elas próprias eram parte do projecto antropológico do republicanismo. É conhecida uma actividade intelectual comum, que no âmbito de uma elite ilustrada, decorreu nos Clubes e Centros Republicanos, mas também nas Lojas maçónicas. Os periódicos da altura dão-nos conta da colaboração pessoal e institucional e retratam uma rede de relações sociais que não anulava nunca as personalidades individuais, o que nos ajuda a compreender a prática de *lobbying* que as feministas republicanas procuravam realizar junto do governo republicano, primeiro com Teófilo de Braga e depois com Afonso Costa. Carolina Beatriz Ângelo assume esse *lobbying* quer como dirigente da Liga, quer mais tarde da Associação de Propaganda Feminista.

Apesar do seu envolvimento na defesa do Registo Civil e a participação nas outras lutas feministas, desdobrando-se em participações em debates de propaganda republicana nos Clubes e Centros Republicanos, foi a sua persistência relativamente ao sufrágio feminino que fez de Carolina Beatriz Ângelo uma referência do feminismo português de primeira vaga. Carolina Beatriz Ângelo personificou a feminista prática, como era intitulada por Afonso Costa, na sua particular luta pelo direito ao voto feminino, pela educação, pela emancipação das mulheres, pela igualdade jurídica, pelo direito ao divórcio, pelo acesso das mulheres à profissão de enfermagem e **até mesmo pelo direito das mulheres a participar nas forças armadas**. Mas, como ela própria o admitia, era «**uma feminista muito feminina**»<sup>6</sup>

Manifestando-se inicialmente como pacifista, quando em Dezembro de 1906, em Portugal, foi criado o Comité Português de *LAPAIX ET LE DÉSARMEMENT PAR LES FEMMES*, Adelaide Cabete e Carolina Ângelo fazem-se associadas e vogais dessa organização, que tinha por objectivo a resolução de conflitos bélicos pela forma do diálogo. A demissão desta associação por parte das duas em 1909, parece ser um sinal da fragilidade da dimensão pacifista no feminismo republicano. Comungando das ideias de Ana de Castro Osório, que colocava o direito ao voto feminino em paralelo ao serviço obrigatório para as mulheres.<sup>7</sup>, Carolina não podia continuar o percurso pacifista.

Em 1907, ano do arranque da Revolução Republicana, entra na Maçonaria para Loja Humanidade de que é Venerável a sua amiga Ana de Castro Osório, e para o Grupo Português de Estudos Feministas que tinha como Presidente a mesma Ana de Castro Osório.

Em 1908 participa no I Congresso Nacional do Livre Pensamento. Perante a ameaça monárquica e uma vez mais com Adelaide Cabete prepara as Irmãs da Loja Humanidade para exercerem como enfermeiras,

em caso de conflito bélico. É ainda neste ano que o Grupo de Estudos Feministas cessa a actividade, e que de acordo com a sugestão de António José de Almeida, se funda Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

O grupo das quatro líderes feministas rompe-se com a exclusão de Maria Veleda da Direcção da Liga, visto que António José de Almeida a considerava demasiado vermelha. A «Liga Republicana das Mulheres Portuguesas», que tinha por objectivo “*orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos, a mulher portuguesa, fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático e promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente à mulher e à criança*”, será a primeira, a mais duradoura e combativa associação a conciliar a defesa e a difusão dos ideais feministas e republicano. (Monteiro:2007). Carolina Beatriz Ângelo é membro da Direcção da Liga e do órgão da mesma, a Revista “Mulher e a Criança”, acompanhada de Ana de Castro Osório e Adelaide Cabete.

Em Março de 1911 sai a primeira Lei eleitoral da República, e a Liga decide que duas das suas sócias podem requerer a inscrição nos cadernos eleitorais: Ana e Carolina. Ana de Castro Osório não chega a solicitar a sua inscrição uma vez que era casada com Paulino Oliveira.

Depois da saída da Lei da Separação da Igreja e do Estado, e como vice-presidente eleita da Liga, Carolina intervém na questão religiosa com uma posição moderada, contra o anticlericalismo das associadas da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas que se decidem pela alteração do artigo 11º dos Estatutos da Liga, que garantia o respeito pelas crenças das suas sócias, fosse qual fosse o credo seguido. A eliminação do artigo em nome do laicismo e devido às divergências surgidas à volta do sufrágio feminino, fez com que Carolina abandonasse a Liga tomando partido por Ana de Castro Osório a grande oponente a Maria Veleda e com ela funda a Associação de Propaganda Feminista. Este momento marca a definitiva ruptura com Maria Veleda e com as revolucionárias da Liga, mas também a ascensão de Maria Veleda a dirigente máxima da Liga. Adelaide Cabete também não se filia na APF.

O acto de cidadania que apôs na História das Mulheres Portuguesas, foi vitorioso por sufragistas em todo o mundo, apesar de ter merecido a crítica de feministas portuguesas que o consideraram mera atitude pessoal inconsequente, nomeadamente Maria Clara Correia Alves. O seu gesto não foi determinante para a vitória do movimento sufragista português, mas teve impacto no movimento feminista europeu, provocando uma oportuna discussão sobre o tema, na comunicação social da época.

A persistência na causa leva-a a encabeçar a petição apresentada pela Associação de Propaganda Feminista a 3 de Fevereiro de 1911, a Teófilo de Braga, e em Julho de 1911, estará em representação da mesma associação na Assembleia Constituinte para solicitar que a «*República não cometa o erro imperdoável que a grande Revolução Francesa cometeu negando à mulher todos os direitos políticos, tendo-se aliás servido dela para a sua propaganda na oposição*» como tinha sido prometido por António José de Almeida.

Numa luta vã, mas racionalmente preparada com apoio técnico-jurídico, a Carolina não lhe faltou perspicácia ao aproveitar a lacuna da lei promulgada pelo Governo Provisório da República que considerava eleitores “*os portugueses maiores de vinte e um ano, residentes em território nacional, e que soubessem lerem e escrever e fossem chefes de família*”.

A Lei Eleitoral da República, preparada pelos amigos e irmãos republicanos, era ambígua, não contemplava, nem excluía o Sufrágio da Mulher. Carolina Beatriz Ângelo sentiu que estava em condições de poder votar dado ser Licenciada, viúva, maior de 21 anos, com uma filha de oito anos de idade que tinha à sua responsabilidade.

Em Abril de 1911, seguindo os trâmites burocráticos iniciou a sua luta através de um requerimento feito à Comissão de Recenseamento Eleitoral do 2º Bairro de Lisboa, onde pediu para ser incluída nos Cadernos Eleitorais. Sendo o pedido recusado pelo próprio Ministro do Interior, o mesmíssimo A. José de Almeida, imediatamente interpôs RECURSO no Tribunal da Boa Hora, na 1ª Vara Civil de Lisboa. Enquanto decorria o processo fez muitas palestras defendendo que “juridicamente, as mulheres têm direito a ir à urna” e deu variadíssimas entrevistas onde expressava a sua vontade em ser eleitora.

A integração do seu nome nas listas de recenseamento com o nº 25 13 foi facilitada em parte pela profunda amizade que unia Carolina e Ana, e deveu-se ao parecer do pai desta, Juiz do Tribunal da 1ª Vara DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO que deu o parecer positivo para o recenseamento, porque ele próprio defendia o reconhecimento dos direitos jurídicos da mulher portuguesa.

A vinte e oito de Maio de mil novecentos e onze têm lugar as Eleições para a Assembleia constituinte. A mesa de voto que lhe correspondia estava sitiada no Clube Estefânia, na freguesia de São João de Arroios (Lisboa). Carolina Beatriz Ângelo faz-se acompanhar por um grupo de dez Senhoras, entre elas Ana de C. Osório e Adelaide Cabete, e compareceu junto da Mesa de Votos, sendo recebida numa grandiosa manifestação de simpatia, por entre muitos aplausos, muitas salvas de palmas, muitos vivas à primeira eleitora portuguesa, muitos vivas ao Presidente e, à República.

O Presidente da Mesa, Constâncio de Oliveira, sentindo-se na obrigação de ter de justificar a aceitação do voto de uma SENHORA, fez um “breve alocução” referindo a sentença do Juiz Dr. João Baptista de Castro e a decisão da Procuradoria-geral da República, ambas, a favor do Direito de Voto de Carolina Beatriz Ângelo, congratulando-se com grande prazer com a primeira eleitora portuguesa a depor o seu voto na urna. Perante estas palavras Carolina Beatriz Ângelo não perdeu a oportunidade de discursar e respondeu, amistosamente, dizendo “*Agradeço à mesa e à assembleia a manifestação de simpatia que me fizeram e mandarei dizer às minhas irmãs sufragistas do estrangeiro, que tanto me felicitaram, que os homens portugueses estão connosco*”.

No momento de Carolina Beatriz Ângelo depositar o **primeiro voto da mulher portuguesa** na urna ouviu-se “uma uníssonasalva de palmas e vivas à República”.

A controvérsia que rodeou a “comparência de uma cidadã a votar” foi intensa e apaixonada e teve grande impacto na sociedade e na imprensa portuguesa e internacional.

O inconsequente acto de votar em iguais circunstâncias ao dos homens, como chefes de família, ganhou um valor simbólico que ultrapassou fronteiras, e acabou por ressaltar a contradição dos republicanos portugueses que consideravam, em termos discursivos, a importância do voto feminino, mas que na prática lhes era mais cómodo aceitar o argumento anticlerical do voto obscuro e reaccionário das mulheres poder ser determinado pela Igreja. O Partido Republicano no governo esquecera o compromisso assumido no seu congresso de 1909, em Setúbal, onde prometera não discriminar as portuguesas.

Por mais que Magalhães de Lima fosse considerado um feminista, que Afonso Costa, Bernardino Machado, Teófilo de Braga, Jacinto Nunes e Ezequiel Campos defendessem o direito ao voto feminino, o argumento da maioria dos deputados era de que “*Fazer intervir a mulher nas lutas políticas era praticar uma barbaridade*”.

Não esquecendo que Beatriz Ângelo era uma iniciada, a luta pela igualdade também prevalecia no interior da hierarquia maçónica. Desconhece-se o teor da discussão sobre o tema do sufrágio numa loja que agrupava quatro mulheres tão distintas entre si como Adelaide, Ana, Beatriz e Maria Veleda, mas reconhecendo o processo que também levou à emancipação da Loja Humanidade, supomos que existiu um processo de conquista pela igualdade.

Em paralelismo ou por influência directa, desde 1901 que em França a maçonaria feminina se vinha organizando nas Lojas de Adopção, e em 1904 em Portugal a maçonaria feminina irrompe com nova dinâmica surgindo duas novas Lojas de Adopção, a Loja Humanidade filiar da Loja Comércio e Indústria, a loja tutelar masculina e a 8 de Dezembro, tutelada pela Loja Fernandes Tomás.

Aquando da iniciação de Carolina, a loja Humanidade é dirigida pela Venerável Ana de Castro Osório, e toma o nome simbólico de *Lígia*. À semelhança do funcionamento da maçonaria masculina e por questões de discrição para com o mundo profano, era normal a adopção de nomes simbólicos muitas vezes relacionados com figuras importantes da História de Portugal ou figuras internacionais de relevo, mas neste caso, desconhece-se a razão da escolha.

A sua dedicação à ordem maçónica parece ser total, tendo vindo a ocupar o cargo de Venerável da Loja Humanidade, sem que desapareça a relação de dependência com Ana de C. Osório. a Loja Humanidade de que era membro Carolina Ângelo chegou a receber a 6 de Junho de 1909, Carta Patente de Soberano Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz. (Marques da Costa:51).

Depois da sua morte, as irmãs homenagearam-na dando o seu nome a uma nova loja.: a Loja Beatriz Ângelo-1920. Esta loja significou o regresso de Ana de Castro Osório ao G-O.L.U., que depois da perda



de autonomia imposta a propósito da realização em Lisboa do Congresso Maçónico Internacional de 1913, se tinha afastado com a loja humanidade a trabalhar no mundo profano, durante sete anos.

Não obstante o desconhecimento das razões objectivas da entrada das mulheres republicanas na maçonaria, de acordo com Fernandes Marques da Costa, as feministas republicanas transpuseram a sua luta pela emancipação para o interior da maçonaria, adiantando-se ao movimento da maçonaria feminina francesa que só 38 anos depois se tornam independentes. *«Os ideais de emancipação, face à tutela das lojas masculinas, e de igualdade de direitos e representação junto das diversas hierarquias maçónicas, ganham pouco a pouco terreno até se tornar realidade, por decreto de 8 de Abril de 1907»*

As feministas republicanas ganharam no interior da maçonaria a igualdade que não obtiveram como cidadãs, mas depressa perderam esse estatuto.

Reagrupadas nas Lojas Carolina Ângelo e Loja Humanidade a que pertencia Adelaide Cabete e dissidentes da Loja Carolina Ângelo, as feministas regressam ao Grande Oriente *« como consequência de contactos que se intensificam sobretudo a partir do período sidonista em que a maçonaria começa a ganhar consciência da necessidade de congregar esforço para a constituição de uma frente unida.»*

Enganadas de novo ou talvez não, as feministas republicanas voltam à luta pela autonomia no interior da Ordem, até que as Irmãs do Rito de Adopção Independente, Loja Carolina Ângelo quer as do Rito Francês chefiada por Adelaide Cabete entram numa polémica que *«iria acabar de vez com a presença feminina na Maçonaria portuguesa, quer como independentes quer como adoptadas»* (Marques : 55). Até recomeçar de novo...

MJM/II

- 1 Angelina Vidal -1910- in Jornal de Abrantes,XI anno, nº524,5-VI-1910,p.1 cit.por Catroga,F.(2000)- O Republicanismo em Portugal.Editorial Noticias.Lisboa,p.131.
  - 2 Entrevista de Carolina Beatriz Ângelo ao jornal O Século, a 5 de Abril de 1911, falando dos Estatutos da nova Associação de Propaganda Feminista.
  - 3 Entrevista de Carolina Beatriz Ângelo ao jornal Tempo, a 3 de Maio de 1911.
  - 4 Entrevista de Carolina Beatriz Ângelo ao jornal O Século, a 5 de Abril de 1911.
  - 5 COSTA, Fernando Marques da: A Maçonaria Feminina, Lisboa, Editorial Vega.p.79
  - 6 Idem.p.71
- Lei eleitoral – Inquérito Jornal O Século, resposta de A.C.O. a 5/4/1911.

## BIBLIOGRAFIA

- CATROGA, Fernando: A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911), Dissertação de Doutoramento, Coimbra, 1988, 2 vols.
- CATROGA, Fernando(2000)- O republicanismo em Portugal. Editorial Noticias. Lisboa.
- COSTA, Fernando Marques da: A Maçonaria Feminina, Lisboa, Editorial Vega.
- GARCIA,MªAntonieta (2011) –Carolina Beatriz Ângelo,Livros República.Associação Cedro,Fonte da Palavra.Lisboa.
- Osório de Castro, Z e Esteves, J- Coord. 2005- Dicionário no feminino – Livros Horizonte, Lisboa- ( entradas : Carolina Beatriz Ângelo, Maçonaria no Feminino, Maçonaria-Republicanismo-Feminismo)
- ESTEVES, João Gomes: A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – uma organização política e feminista (1909-1919), Lisboa, ONG da CIDM, 1992.
- ESTEVES, João: As Origens do Sufragismo Português – A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918), Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998
- ESTEVES, João: “A fidelidade das mulheres republicanas a Afonso Costa: a Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915-1916)”, Leituras, Revista da Biblioteca Nacional, n.º 3, Outono de 1998, pp. 119-128.
- LOPES, Ana Maria Costa: O Conto Regional na Imprensa Periódica de 1875 a 1930, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1990, vol. I.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de: Dicionário de Maçonaria Portuguesa, Lisboa, Editorial Delta, 1986, 2 vols.